**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2016
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA/SP**

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA/SP

PROCURADOR JURÍDICO

CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA

Número da Inscrição: _____

Nome do Candidato: _____

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2016
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA/SP**

Cargo: Procurador Jurídico

Língua Portuguesa

“[...] Se cunhássemos nossas cabeças eu e meu irmão, cada qual numa face de uma moeda, e se girássemos essa moeda com um peteleco forte, poderíamos vislumbrar a cabeça do meu pai e a cabeça da minha mãe quase simultaneamente. Já com a moeda em repouso tornamos a ser duas cabeças tão dessemelhantes que ninguém no imagina irmãos. Só quem frequentasse muito a nossa casa, ou estudasse uma rara foto da família reunida, notaria que nós dois não somos propriamente opostos, e sim complementares. Mas entre mim e ele a partilha dos rostos de pai e mãe mostrou-se iníqua, com nítida vantagem para meu irmão. [...]”

(BUARQUE, Chico. O irmão Alemão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.)

1- Ao trocar a palavra grifada no texto por “iguais”, haveria:

- a) Pleonasma.
- b) Antítese.
- c) Anacoluto.
- d) Metáfora.
- e) Perífrase.

2- De acordo com a nova ortografia, não deve haver hífen em:

- a) Semi-aberto.
- b) Macro-história.
- c) Sobre-humano.
- d) Inter-regional.
- e) Pré-história.

3- Não deve haver crase em:

- a) Veio à meia-noite em ponto.
- b) Não deu valor àquilo.
- c) Estava à espera do primo.
- d) Fez alusão às pesquisas às quais nos dedicamos.
- e) Foi à uma festa luxuosa.

4- A concordância está errada em:

- a) Os Lusíadas glorificaram a literatura.
- b) Existem algumas soluções para o problema.
- c) Fazem cinco dias que nossos parentes viajaram.
- d) Careceu-se de orientações técnicas sobre o assunto.
- e) A maioria dos jovens se descuida.

5- Analise:

- I – “Qual é o gênio que depara os pedidos ocultos?”
 - II – “Desculpe-me por não convencer o presidente.”
 - III – “O desembargador não se dignou de ler o recurso.”
 - IV – “Estimo meus sobrinhos como filhos.”
- Agora, assinale a alternativa certa quanto à regência:
- a) Apenas I está incorreta.
 - b) Apenas II está incorreta.
 - c) Apenas III está incorreta.
 - d) Apenas IV está incorreta.
 - e) I, II, III e IV estão corretas.

6- Encontre a alternativa com a classificação correta:

- I – “Não mais me lembrarei de suas palavras.”
- II – “Ver-te-ei no próximo encontro.”

III – “Companheiros, encontrem-me no lugar combinado.”

- a) I – próclise, II – mesóclise, III – ênclise.
- b) I – ênclise, II – mesóclise, III – próclise.
- c) I – mesóclise, II – próclise, III – ênclise.
- d) I – próclise, II – próclise, III – ênclise.
- e) I – ênclise, II – mesóclise, III – mesóclise.

7- A oração subordinada substantiva objetiva direta é:

- a) Ignorante quanto me custou a tua presença;
- b) Ficou claro que ele mordeu a orelha do adversário.
- c) Ele foi espancado por quem é responsável pela segurança.
- d) O técnico não tinha dúvida de que traria a medalha.
- e) Tenho medo de que você use calças pretas.

8- O “se” exerce a função de partícula apassivadora em:

- a) Reformam-se móveis velhos.
- b) Vive-se bem naquele país.
- c) Lívia machucou-se com a faca.
- d) Os deputados queixaram-se do tratamento recebido.
- e) Ninguém sabe se Dilma será candidata.

9- “Quando eu o _____, avisá-lo-ei de que você já _____ o contrato e assim se _____ contra os interesseiros.”

- a) vir, reaviu, precaviu.
- b) vir, reouve, precaveu.
- c) vir, reouveu, precaveu.
- d) vir, reouve, precaveio.
- e) ver, reaveu, precaviu.

10- “Diga-me a realidade, ou não nos encontraremos mais.”

Comece com: “Não nos encontraremos...”

- a) de modo que.
- b) porquanto.
- c) posto que.
- d) nem que.
- e) a não ser que.

11- “Muitas árvores foram derrubadas pelo vento.”

O agente da passiva é:

- a) Muitas árvores.
- b) Árvores foram.
- c) Foram derrubadas.
- d) Derrubadas pelo vento.
- e) Pelo vento.

12- Observe:

I – “Segunda-feira haverá um jogo importante. (adjunto adverbial de tempo)”

II – “Com o mau tempo não podemos trabalhar ao relento. (adjunto adverbial de causa)”

III – “O carro parou perto do rio. (adjunto adverbial de modo)”

A classificação:

- a) Está correta apenas na I.
- b) Está correta apenas na II.
- c) Está correta apenas na III.
- d) Está correta na I, II e III.
- e) Está incorreta na I, II e III.

Matemática

13- Qual o MMC de 112, 287 e 320:

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2016
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA/SP**

- a) 91840
- b) 10987
- c) 11009
- d) 12089
- e) 13456

14- Qual o MMC de 23, 35 e 67:

- a) 53935
- b) 63936
- c) 76548
- d) 87657
- e) 95564

15- Qual o MDC de 6, 10 e 42:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

16- Um avião percorreu a distância de 5 000 metros na posição inclinada, e em relação ao solo, percorreu 3 000 metros. Determine a altura do avião.

- a) 1000m
- b) 2000m
- c) 3000m
- d) 4000m
- e) 5000m

17- Do topo de uma torre, três cabos de aço estão ligados à superfície por meio de ganchos, dando sustentabilidade à torre. Sabendo que a medida de cada cabo é de 30 metros e que a distância dos ganchos até à base da torre é de 15 metros, determine a medida de sua altura é de aproximadamente:

- a) 25m
- b) 26m
- c) 27m
- d) 28m
- e) 29m

18- Um automóvel com velocidade de 80 km/h gasta 15 minutos em certo percurso. Se a velocidade for reduzida para 60 km/h, que tempo, em minutos, será gasto no mesmo percurso?

- a) 10min
- b) 20min
- c) 30min
- d) 40min
- e) 50min

19- Uma usina produz 500 litros de álcool com 6 000 kg de cana – de – açúcar. Determine quantos litros de álcool são produzidos com 15 000 kg de cana.

- a) 1 150 litros
- b) 1 250 litros
- c) 1 350 litros
- d) 1 450 litros
- e) 1 550 litros

20- Um muro de 12 metros foi construído utilizando 2 160 tijolos. Caso queira construir um muro de 30 metros nas mesmas condições do anterior, quantos tijolos serão necessários?

- a) 5100 tijolos
- b) 5200 tijolos
- c) 5300 tijolos
- d) 5400 tijolos

- e) 5500 tijolos

21- Uma equipe de 5 professores gastou 12 dias para corrigir as provas de um vestibular. Considerando a mesma proporção, quantos dias levarão 30 professores para corrigir as provas?

- a) 1 dia
- b) 2 dias
- c) 3 dias
- d) 4 dias
- e) 5 dias

22- Em uma panificadora são produzidos 90 pães de 15 gramas cada um. Caso queira produzir pães de 10 gramas, quantos iremos obter?

- a) 135 pães
- b) 137 pães
- c) 139 pães
- d) 141 pães
- e) 145 pães

23- Levo duas horas e meia para percorrer 15km. Se eu tiver quer percorrer 54km, quanto tempo eu levarei?

- a) 7 horas
- b) 8 horas
- c) 9 horas
- d) 10 horas
- e) 11 horas

24- Um produtor rural tem uma produção anual de frangos de cerca de 18 toneladas. Em um bimestre este produtor irá produzir quantas toneladas de frango?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

Conhecimentos Específicos

25- Quanto aos Direitos Políticos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise as alternativas abaixo e assinale a INCORRETA.

- a) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- b) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
- c) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- e) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de seis meses contados da

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2016
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA/SP**

diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

26- Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- c) As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.
- d) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de quatro anos, admitida uma recondução.
- e) O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

27- Assinale a alternativa CORRETA, considere (V) para verdadeiro e (F) para falso. De acordo com a Lei 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

- I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência; retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
 - II - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo; negar publicidade aos atos oficiais.
 - III - frustrar a licitude de concurso público; deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
 - IV - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
- V - descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- a) V, F, V, V, V.
 - b) V, V, V, V, V.
 - c) F, V, V, V, V.
 - d) V, V, F, V, V.
 - e) V, V, V, V, F.

28- Assinale a alternativa CORRETA, considere (V) para verdadeiro e (F) para falso. De acordo com a Lei 10.520/02 a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

- I - no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- II - não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os

autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

III - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 3 (três) dias úteis.

IV - os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.

V - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

- a) V, V, F, V, V.
- b) V, V, F, F, V.
- c) F, F, V, V, F.
- d) F, V, V, V, V.
- e) V, V, V, F, F.

29- De acordo com a Lei Orgânica do Município de Nova Aliança, assinale a alternativa CORRETA, considere (V) para verdadeiro e (F) para falso.

Compete ao Município de Nova Aliança:

- I - prover sobre o transporte coletivo, que deverá ser operado através de concessão ou permissão, fixando o itinerário, os pontos de parada e as respectivas tarifas.
 - II - disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais.
 - III - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização.
 - IV - prover sobre a limpeza dos logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza, proibindo por lei o lançamento de poluentes líquidos e sólidos nas vias urbanas e estradas municipais.
- V - determinar os locais e formas de remoção de lixo, de resíduos sólidos e materiais de qualquer natureza, incluindo aqueles provenientes de unidades médico hospitalares.
- a) V, V, V, V, V.
 - b) V, V, V, F, V.
 - c) F, V, V, V, V.
 - d) V, V, F, V, V.
 - e) V, F, V, V, V.

30- De acordo com a Lei Orgânica do Município de Nova Aliança, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Câmara, em sessão ou fora dela, mediante, neste último caso, comunicado pessoal e escrito ao Vereador, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
- b) A realização de sessões solenes será decidida pela maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara

CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2016
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA/SP

ou pelo Prefeito.

c) As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, quando houver motivo relevante.

d) As sessões poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara.

e) A Câmara será convocada para funcionar em sessão legislativa extraordinária durante os períodos de recesso, o pedido de convocação extraordinária da Câmara far-se-á pela maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara ou pelo Presidente, nos casos de urgência ou de interesse público relevante.

31- De acordo com a Lei Orgânica do Município de Nova Aliança, assinale a alternativa CORRETA. A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta:

a) de 2/3 (dois terços), no mínimo, dos Vereadores.

b) de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por 2/3 (dois terços), dos eleitores residentes no Município.

c) a proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, o voto favorável de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

d) a emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

e) a matéria constante de projeto de emenda rejeitada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, exceto se subscrita por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

32- De acordo com a Lei Orgânica do Município de Nova Aliança, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, transparência, eficiência, à aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

b) Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou de direito privado que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

c) O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, abrangendo as contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal, mediante parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

d) O Prefeito encaminhará à Câmara, até o dia 20 de abril, cópia das contas do Município, referentes ao exercício anterior, e que tenham sido remetidas ao Tribunal de Contas do Estado.

e) O balancete relativo à receita e despesa do mês anterior será encaminhado à Câmara até o dia 20 do mês subsequente.

33- A conduta de exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de

assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida configura crime de:

- a) Concussão.
- b) Excesso de exação.
- c) Peculato.
- d) Corrupção passiva.
- e) Peculato culposo.

34- A conduta de solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem configura crime de:

- a) Peculato culposo.
- b) Corrupção passiva.
- c) Peculato.
- d) Excesso de exação.
- e) Concussão.

35- De acordo com o Decreto Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, assinale a alternativa CORRETA, considere (V) para verdadeiro e (F) para falso. São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I - apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio; utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos.

II - desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas; empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam.

III - ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes; deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos.

IV - deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título; contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.

V - conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei; alienar ou onerar bens imóveis, ou rendas municipais, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.

VI - adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei; antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário.

- a) V, V, V, V, V.
- b) V, V, V, F, V.
- c) F, V, V, V, V.
- d) V, V, F, V, V.
- e) V, F, V, V, V.

36- Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere à duração do trabalho.

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2016
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA/SP**

- a) A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.
- b) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.
- c) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
- d) Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração não exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.
- e) Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.

37- Assinale a alternativa CORRETA no que se refere ao contrato individual do trabalho, considere (V) para verdadeiro e (F) para falso.

I - Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.

II - Na falência constituirão créditos privilegiados a totalidade dos salários devidos ao empregado e a totalidade das indenizações a que tiver direito.

III - Havendo concordata na falência, será facultado aos contratantes tornar sem efeito a rescisão do contrato de trabalho e conseqüente indenização, desde que o empregador pague, no mínimo, a metade dos salários que seriam devidos ao empregado durante o interregno.

IV - Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6 (seis) meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

V - O ato de concessão de benefício de aposentadoria a empregado que não tiver completado 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, ou trinta, se mulher, importa em extinção do vínculo empregatício.

- a) V, V, V, V, F.
b) V, V, V, F, V.
c) V, V, V, F, F.
d) V, V, V, V, V.
e) V, F, V, V, V.

38- De acordo com a Lei nº 9.958, de 12 de Janeiro de 2000, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As empresas e os sindicatos devem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho.
- b) Não prosperando a conciliação, será fornecida ao

empregado e ao empregador declaração da tentativa conciliatória frustrada com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros da Comissão, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

c) As Comissões de Conciliação Prévia têm prazo de quinze dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.

d) A Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, três e, no máximo, quinze membros.

e) O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

39- Da garantia e da contragarantia, prevista na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, assinale a alternativa CORRETA, considere (V) para verdadeiro e (F) para falso.

I - será exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente.

II - a contragarantia exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, deverá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.

III - é nula a garantia concedida acima dos limites fixados pelo Senado Federal.

IV - é vedado às entidades da administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, conceder garantia, ainda que com recursos de fundos.

V - quando honrarem dívida de outro ente, em razão de garantia prestada, a União e os Estados poderão condicionar as transferências constitucionais ao ressarcimento daquele pagamento.

- a) V, V, V, V, V.
b) V, V, F, V, F.
c) F, F, V, V, V.
d) F, V, V, F, V.
e) V, F, V, V, F.

40- De acordo com a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2012, assinale a alternativa CORRETA, considere (V) para verdadeiro e (F) para falso.

I - A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, e aproveita aos co-interessados capazes.

II - A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.

III - Não dispendo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

IV - No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.

IV - O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2016
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA/SP**

- a) V, V, V, V, V.
- b) V, V, F, V, F.
- c) V, F, V, V, F.
- d) F, V, V, F, V.
- e) F, F, V, V, V.